

A PERMANÊNCIA DE MULHERES NEGRAS ESTUDANTES DA UNILAB/CE: DESAFIOS E *AFROAFETO*¹

Ana Raquel Silva Reginaldo²

Qualquer um de nós pode ser a próxima vítima, mas neste momento ainda estamos aqui, vivos, em testemunho de resistência, contrariando as estatísticas (Sueli Carneiro, 2011, p. 85).

Introdução

O *afroafeto* é um conceito criado por Marta Quintiliano (2019), a partir de uma visita em um evento na Unilab, no Ceará, onde ela reconheceu-o como uma agência política para o enfrentamento a violência histórica à população negra, sendo assim, uma aceitação para o fortalecimento das redes com acolhimento e manutenção da comunidade. Nessa perspectiva, “por mais que para eles parecesse normal estar em um ambiente acadêmico negro, para mim aquela cena foi libertadora, mágica, revigorante. Naquele momento, eu entendi a importância do amor, ou melhor, do *afroamor*, dos *afroafetos*”³ (Marta Quintiliano, 2019, p. 31). Ou seja, romper com a ideia que nos espaços acadêmicos só deve haver uma competição entre iguais e individualismo. O reconhecimento do *afroafeto* nos espaços acadêmicos, como na Unilab, é uma possibilidade para percebermos uma forma de permanência universitária e até mesmo o reconhecimento de uma contribuição no fortalecimento das comunidades, principalmente para as mulheres negras estudantes.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) foi criada como parte das políticas de ações afirmativas e de democratização do acesso à educação universitária, assim como, parte “de um projeto político que foi desenhado e reivindicado pelo Movimento Negro desde o período escravocrata, passando pelo pós-abolição e ganhou novos contornos com a redemocratização” (Antonio Ferreira; Eliane Santos; Jacqueline Costa, 2022, p. 126). Localizada em dois Estados, Ceará e Bahia, tendo quatro campi universitários. A sua criação foi a partir da Lei nº 12.289 (Brasil, 2010), no dia 20 de julho de 2010, e tem como objetivo a cooperação e integração com os países da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), principalmente com os Países Africanos da Língua Portuguesa (PALOPs). Os países que a integram diretamente são Angola,

¹Trabalho de Conclusão de Curso em formato de Capítulo de Livro para obtenção do título de Licenciatura em Sociologia, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/CE), orientado pela Profa. Dra. Natalia Cabanillas.

²Mestranda no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (Funcap/Unilab), Bacharela Interdisciplinar em Humanidades (Unilab), Graduanda em Sociologia pela mesma Universidade. Email: anaraquel@aluno.unilab.edu.br

³ Na citação de Marta Quintiliano (2019), o “eles” refere aos e às estudantes da Unilab.

Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A interiorização também consta nos seus objetivos, localizado nos municípios interioranos: Redenção (CE), Acarape (CE) e Francisco do Conde (BA). Atualmente, a universidade conta com 4.284 estudantes, sendo 2.966 nacionais e 1.318 internacionais⁴ (Unilab em Números, 2023). Ademais, nos últimos dados de 2023, na Unilab há 51% de estudantes mulheres na graduação, sendo aproximadamente 20% de mulheres internacionais; ao todo são 86% mulheres que se autodeclaram negras (Unilab em Números, 2023).

O debate sobre as estruturas é importante, porque quem molda as suas formas de funcionamento é a própria sociedade, desde a sua forma de organização, normas e políticas, por isso, a educação pode ser utilizada como um aparelho de controle e de discriminação cultural (Abdias Nascimento, 2016). O ensino superior torna-se um meio para a construção de transformações de vida (seja econômica ou política), porém, quais são os públicos que conseguem alcançar nesse topo científico e acadêmico sem o atravessamento de violências causado pelo sistema? Até que ponto a educação torna-se uma prática da liberdade (bell hooks, 2013), levando em consideração o seu público e as políticas de permanência?

O texto pretende partir da problemática dos desafios na universidade pública para as mulheres negras, tendo em vista as narrativas e colocando o *afroafeto* como agência de permanência estudantil de mulheres negras na universidade pública, em específico a Unilab, do qual, é o principal objetivo desta escrita. Logo, para além de um objeto de pesquisa, bell hooks (2019), escreve que o trabalho da libertação tem o requerimento da criação de uma nova linguagem, sendo assim, transformando a pessoa de objeto para sujeito. Então, o principal ponto de análise deste trabalho é colocar em destaque e ênfase nas mulheres negras estudantes da Unilab, evidenciando suas histórias, trajetórias e identidades. As interlocutoras da minha pesquisa fazem parte da minha rede de afeto, parcerias intelectuais e do cotidiano acadêmico, pois, minha pesquisa é parte desse cultivo de amizades interculturais, levando em consideração a realização de pesquisa entre iguais (Grada Kilomba, 2019).

O principal objetivo é discutir sobre os desafios enfrentados dentro da Unilab, para a comunidade feminina negra e evidenciar o *afroafeto* como agência de permanência. Para isso, metodologicamente, se baseia em uma pesquisa com debate teórico, bibliográfico, com análise de dados, censos e estatísticas, assim como, a utilização de narrativas produzidas no contexto de entrevistas abertas e o diário de campo com análises etnográficas no período de

⁴Na UNILAB, opta-se por falar internacional, em vez de apenas africana/o, pois o continente africano tem 54 países, então nomear apenas como parte do continente estaria apagando a identidade e nacionalidade de cada país que compõe os Palops.

2022 a 2024. Além do uso teórico e analítico da interseccionalidade, como escrevem Patrícia Hill Collins e Silma Birge (2020): o uso comum da intersecção é como uma resolução de problemas sociais.

Este trabalho também utilizou análise documental, do Edital 04/2023/PROPAE, cronograma do programa 04/2023 e o aditivo 4 sobre o quantitativo de vagas. A análise interseccional do Programa de Assistência ao Estudante (PAES) emerge em diálogo com a experiência de acompanhar colegas nacionais ou internacionais na solicitação, a recusa e elaboração de recursos para obtenção do auxílio, de experimentar os cortes de auxílio anunciados intempestivamente, dentre muitas situações. Assim, para além dos protestos cotidianos, a opção de analisar a política pública visa detectar potenciais problemas normativos ou de implementação, com a finalidade de poder contribuir na construção de soluções para a colaboração da permanência feminina negra no ensino superior.

No primeiro momento, o debate será voltado para os desafios na universidade pública para a comunidade feminina negra, colocando em contestação pontos diagnosticados a partir das narrativas das interlocutoras, notas de campos, vivências, conversas e fatos históricos. No segundo ponto, evidencia o *afroafeto* como uma possibilidade de política de permanência, seja no coletivo, como na comunidade dentro e fora dos espaços acadêmicos; e todo o debate será levado em consideração as narrativas das mulheres negras estudantes da Unilab/Ceará.

1. Desafios na universidade pública para a comunidade feminina negra

Neste tópico abordo os desafios que as mulheres negras enfrentam na universidade, com base em dados estatísticos nacionais e com base em exemplos do estudo de caso da Unilab/CE, incluindo minhas próprias vivências como mulher parda e de origem periférica. Entre os desafios me interessa enfatizar: 1) a baixíssima representatividade das mulheres negras na ciência, seja como professoras ou como leituras obrigatórias – desde o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como nas ementas de disciplinas –; 2) a carência de debates sobre as questões étnico raciais em sala de aula (o problema da representatividade epistêmica); 3) a discriminação face a face, e as dificuldades advindas do racismo e machismo estrutural; 4) as consequências racistas das noções meritocráticas que regulam os editais para acesso à auxílios permanência e bolsas estudantis.

1) Representatividade das mulheres negras na ciência e universidade

No primeiro ponto, irá ser discutido e mostrado como a [falta de] representatividade de mulheres negras na academia, seja na ciência e na universidade, no contexto do Brasil, pode

influenciar na permanência de outras mulheres sejam acadêmicas ou não. Este primeiro ponto surgiu a partir do diálogo com as interlocutoras, cujo, todas afirmaram sentir representada em certas circunstâncias, desde a representação docente ao PPC de cada disciplina.

O debate de gênero, raça e educação – na perspectiva institucional – no Brasil é carregado por todo um acúmulo sócio-histórico, seja pela inserção das mulheres negras nas universidades públicas, como sua permanência. Mas, deve-se ter a base e conhecimento da contextualização das configurações atuais nesses espaços institucionais; são situações construídas e surgidas desde a consolidação do Estado brasileiro no período colonial. E a todo momento tem sua manutenção com a responsabilidade das elites e do próprio governo brasileiro, porque mesmo depois de todo o processo de “abolição”, “independência”, é possível afirmar que o Brasil se construiu a base de leis que desfavorecem a população negra e vemos esses problemas até nossa atual “democracia”.

Cida Bento (2022) critica o fato de debatermos sobre a herança da escravidão para a população negra, mas não se fala sobre os benefícios dessa herança para a população branca. Conforme Sueli Carneiro (2011, p. 91): “branquitude como sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas”.

Nessas condições, qual o espaço de pertencimento das mulheres negras nesse país sendo que há uma intersecção da raça, gênero e classe nos espaços sociais? Uma sociedade que é impactada pela herança do racismo acarreta desde a educação da vida da população negra, como a geração de desemprego e subemprego, evasão escolar e o elevado índice da violência policial com a população negra (Cida Bento, 2022). Então, como funciona esse pacto no âmbito universitário? Mais a frente abordo sobre isso a partir de dados.

Como afirma Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 39), “esse apagamento da “negritude” como categoria política permitiu que práticas discriminatórias contra pessoas manifestamente de ascendência africana ocorressem em áreas como educação e emprego”. Um dos privilégios da branquitude tem sido ocupar espaços de poder, desde a presidência do país até a docência, pesquisador e de estudantes universitários.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, antes das ações afirmativas, o número de mulheres negras⁵ que concluíram o ensino superior

⁵Neste mesmo dado, o número de homens brancos com superior completo no ano de 2000 chegava a de 2.220.943 (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=1,3,47,48,128,129&ind=4698>. Acesso em: 26 nov. 2024.

chegava a 459.920, não chegando nem a 1% em comparação a população do Brasil naquela época. Conforme a coleta de dados do Observatório da Branquitude (Pesquisa..., 2024)⁶ “o percentual de mulheres brancas de 25 a 29 anos com ensino superior completo em 2010 era cerca de três vezes maior que o de mulheres negras — 23,4% sobre 7,8%”, um número baixíssimo para quando se pensa na equidade racial e de gênero.

Durante a minha inserção na Unilab, no ano de 2020, quem estava na coordenação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU) era uma mulher preta. Pensando em uma perspectiva de representatividade, ter uma professora em um cargo como o da coordenação é uma das ferramentas de política de permanência. Em uma das entrevistas com uma estudante do curso de Enfermagem⁷ entramos em diálogo sobre a questão de representatividade sobre o conteúdo estudado e se identificava com as leituras e com a estrutura do curso, a sua reação imediata foi um semblante triste e sua resposta:

Então, eu acho um curso pouquíssimo inclusivo, nós temos pessoas de outros países que falam a língua portuguesa, mas passam os 5 anos, 10 semestres do curso sem estudar nada sobre os outros países, [...] basicamente é um ensino voltado [para] pessoas brasileiras. [...] E isso é muito ruim, até porque a gente também não tem nenhum professor que seja negro, mesmo brasileiro ou africano (Interlocutora 3, 2 fev. 2024).

O campo das ciências humanas fica como responsável pela representatividade, seja de mulheres negras, como de homens negros. Conforme os dados da Unilab (2024), nos campus de Ceará, o Instituto de Ciência e Saúde (ICS) há 56 docentes, todas/os brasileiras/os, sendo 43 mulheres e 13 homens; diferente do Instituto de Humanidades⁸, de forma decrescente, há 69 brasileiras/os (28 mulheres e 41 homens), 4 guineenses (2 mulheres, 2 homens), 4 moçambicanos (todos homens), 1 angolana, 1 argentina, 1 peruano e 1 brasileiro-alemão. Logo, vê-se de certa forma a diversidade territorial dentro do IH/Ceará, porém, é importante problematizar dois pontos: 1º o quadro de mulheres e 2º quem está em cargo de gestão atualmente.

Nos dados nacionais, a categoria docente em exercício, apenas 18,4% são negros/as, além disso,

⁶Disponível em:

<https://observatoriobranquitude.com.br/pesquisa-o-retrato-das-diferencas-no-acesso-a-escolaridade-entre-mulheres-negras-e-brancas/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

⁷Essa comparação entre cursos é intencional para perceber a discrepância da realidade das estudantes dos cursos (Antropologia, História, Intercultural Indígena, Pedagogia e Sociologia) do Instituto de Humanidades (IH) em comparação com a de outros institutos, pois, há uma narrativa de que dentro do IH existe uma maior facilidade de se falar e debater sobre a questão racial, feminista, religiosa, étnica, etc, em comparativo aos outros institutos da Unilab.

⁸Todos esses dados foram baseados no próprio portal de transparência da Unilab (Unilab em Números, 2024), no próprio site não tem o critério de cor, apenas de raça e nacionalidade.

na categoria pública, para os diferentes graus de formação, observa-se predominância masculina (54,7% dos doutores, 55,7% dos mestres e 57,8% dos até especialistas). Diferentemente, na categoria privada, o percentual de mulheres supera o de homens entre os doutores (51,3%) e mestres (50,6%), e os homens são predominantes entre os até especialistas (53,4%) (Inep, 2024, p. 51).

O regime de trabalho nas universidades públicas é estável e mais bem remunerado do que nas particulares, sendo na pública um espaço que inclui docência, pesquisa e extensão.

Em conexão com os próprios dados da Unilab, temos uma dificuldade em colocar a questão racial dentro do debate de gênero, porque é explícito a falta da interseccionalidade no seu armazenamento de dados, como uma forma de transparência. A intersecção oferece que a raça traga contribuições em classe-gênero, para assim, estar em um patamar de igualdade analítica (Carla Akotirene, 2023). Nos chama a atenção que os dados não sejam apresentados incluindo a forma na qual a pessoa se autodeclara racialmente, considerando que o Brasil já estabeleceu esse mecanismo com a finalidade de identificar as brechas de desigualdade.

Uma prerrogativa para a equidade desses povos dentro do campo educacional é a lei de cotas. Em 2003, a Universidade de Brasília (UnB), foi uma das primeiras instituições a aderir o sistema de cotas e apenas 8 anos depois, no ano de 2012, foi sancionada e decretada, pela Lei Nº 12.711, a Lei de Cotas, onde determina que: “em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação” (Brasil, 2012).

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), em 2012 houve 40 mil de beneficiados pela Lei de Cotas, e nos últimos dados de 2022, esse número chega a 108 mil. Porém, no resumo técnico do censo da educação superior de 2022 (Inep, 2024) negros (pardos/as e pretos/as) ocupam 36,8% na porcentagem de estudantes matriculadas/os⁹ tanto em universidade pública como privada, para concluídos esse número chega a 38,3%¹⁰.

Os dados nos mostram pontos positivos, porém, nos mostra a lentidão para atingir as mulheres negras como beneficiárias; ingressar no ensino superior vai além de uma simples matrícula, é preciso pensar em políticas de permanência. Na sociedade brasileira o racismo vai além da violência física, mas também estrutural, simbólica e psicológica, atingindo o cotidiano universitário e acadêmico dos corpos racializados, por ora, quem está no topo e quem está na base?

⁹No ano de 2019, o IBGE divulgou uma pesquisa de “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça Brasil” e destacou que pretos/as e pardos/as chegavam a 50,3% de matriculados/as em universidades públicas, por isso, esse dado colocado é a junção de matrículas da rede pública e privada.

¹⁰Importante destacar que nesses dois dados, estudantes indígenas não chegam nem a 1%.

Conforme Dagoberto José Fonseca (2009), a política de cotas precisa focar na permanência das/dos estudantes, pensando desde as demandas de cada curso, porque, para o Estado brasileiro mudar o panorama demográfico da educação superior precisa apoiar a permanência da população negra e das mulheres negras na universidade com incentivos específicos. Logo, é necessário um ambiente acadêmico que proporcione um debate democrático com sobre a questão étnico-racial, temática do próximo ponto.

2) Carência do debate sobre a questão étnico-racial

Nesse segundo ponto, será apresentado uma continuidade da problemática pontuada no primeiro ponto, da [falta] de representatividade, levando em consideração a realidade da Unilab e a partir dos diálogos com as interlocutoras, principalmente as notas de campo.

A Unilab é colocada como “uma universidade de maioria negra”, porém, será que esse espaço institucional está mesmo à disposição para as necessidades da comunidade negra unilabiana? Pois, mesmo no nome há “Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira”, o que é mais escutado e relatado por estudantes negras/negros é o contrário do que o nome diz. Seria errôneo apenas romantizar a Unilab, como um campus de integração, amor, afeto, permanência, espaço de aquilombamento e negar tudo o que foi escrito neste texto. Ela pode ser colocada em um discurso de propaganda como uma vitória de luta do Movimento Negro no Brasil, porém essa “Wakanda” Acadêmica, assim como, no mundo cinematográfico é uma cidade fictícia, na prática também é. Infelizmente ela não está isenta dos percalços dos racismos, violências, principalmente sobre os corpos das mulheres negras, porque, quem transforma a Unilab atualmente em um espaço acolhedor, são as pessoas que estão dispostas e trabalham cotidianamente na manutenção da comunidade, no afeto, na ajuda para entender as identidades e especificidades de cada grupo pertencente.

As mudanças não começam por “debaixo” (como dizem popularmente) e nem “de grão em grão” ou “aos poucos”, essa mudança precisa ser radical. No entanto, essa iniciativa precisa partir administrativamente, como nos institutos, coordenações, cursos, docentes. O debate dentro de sala de aula a partir de um currículo de fato da “Integração” “Internacional” e “Afro-Brasileira” é crucial para a melhoria nas representações, abordando obras e autoras/es dos países da CPLP [além da inclusão de debates indígenas, de gênero, latinos americanos, lgbtqiapn+, entre outros].

Em diálogo com o debate dentro das salas de aulas, o magnífico trabalho de João Pedro Oliveira (2022), cujo faz uma análise do PPC Licenciatura em História da Unilab, destacou que mesmo em uma universidade negra e africana, o racismo epistêmico está

presente, ademais, foi constatado que das referências bibliográficas presente são de 150 brancas, 18 negras (sendo apenas 3 mulheres). E completa:

o epistemicídio no curso de História é reflexo de como o processo de descolonização na UNILAB ainda não é efetivo e nem apresenta grandes avanços. Reunir diversos povos como indígenas, quilombolas, pessoas de países africanos, jovens negros/as de periferia, jovens negros/as interioranos, pessoas LGBTQIA+, para estudar teoria branca dada por pessoas brancas não pode ser visto como um progresso, mas como um alerta (João Pedro Rodrigues de Oliveira, 2022, p. 27).

O que está nos documentos, como o PPC, não é idêntico à prática docente, onde docentes, por iniciativa própria incorporam autores e autoras negras e africanas nas suas aulas. Porém, a questão aqui é que essas referências bibliográficas não tem a força de estar institucionalizadas nos documentos.

Ademais, a carência mostra também uma problemática por parte da representatividade, tópico anterior, em uma das entrevistas foi perguntado a uma estudante do curso de Pedagogia como se sentia ao conteúdo estudado, sendo um PPC afro-centrado, e se identificava, tanto no atual curso como no BHU:

[...] o currículo em si, que é do curso de Pedagogia [...] são todos característicos do Brasil, então eu não posso dizer tanto que me identifico, porque muitas das coisas que eu aprendo aqui é mais para praticar aqui no Brasil, não tanto naquilo que é o meu país (Interlocutora 6, 23 jul. 2024).

Neste relato, percebe a intersecção entre nacionalidade, raça e gênero, não no sentido de um sobrepôr o outro, mas, no sentido que as identidades são uma própria encruzilhada, além da fala ter sido carregada de decepção, havia também esperança, especificamente no “não posso dizer tanto”. Porque, quando estamos inseridas dentro do contexto acadêmico percebemos que a/o docente deve seguir a risca ao PPC, assim como o Plano de Disciplina, mas, parte de um posicionamento político e ideológico sobre como deve ser abordado tal assunto, com tal referência; não estou colocando aqui em debate sobre a retirada de todas referências de homens, brancos, héteros etc, portanto, me posiciono como uma mulher negra estudante, a cobrança de um discernimento por parte do grupo docente, para a ministração das disciplinas com debates teóricos, que entenda as identidades, tanto a sua influência na formação do Brasil, como a realidade e contexto dos países de cooperação.

Na minha vivência dentro do curso de Licenciatura em Sociologia, fiz uma disciplina de Pensamento Social Brasileiro, no início com a apresentação do plano de ensino o docente perguntou à turma o que tínhamos achado dos autores [coloco no masculino, pois só há uma autora mulher e a única é branca]; queria questionar o fato de não ter nenhuma mulher negra, mas questionei apenas a falta do autor Abdias Nascimento (1914-2011), cujo é uma das maiores referências para entender sociologicamente a formação do Brasil, e a resposta foi:

“*não quis trazer o Abdias, porque quero deixar esse debate para outra disciplina, a Sociologia Étnico-Racial, já que ele debate sobre a questão racial*” (Caderno de Campo, Ana Reginaldo, 05 ago. 2024).

Irônico o comentário, porque no mesmo dia a referência utilizada como debate foi Gilberto Freyre (1900-1987); sei da importância de estudá-lo como uma forma de análise crítica e compressão da academia daquele período, no entanto, nem mesmo nesse momento foi utilizado a obra de Abdias Nascimento, assim como, a população negra é posta apenas para debates específicos raciais, as mulheres também são postas apenas para debater sobre gênero. Nesse caso, enquanto a branquitude é sempre colocada como dono de saber generalizado e universal, em concordância com Oyeronke Oyèwùmí (2021), onde os homens, europeus, brancos e mortos não são excluídos das agendas de discurso acadêmico e ocidental.

Toda essa inconveniência causada pelo racismo, se emaranha no cotidiano dos corpos das mulheres negras estudantes; se é complicado ser uma mulher brasileira negra, para quem vem do continente africano se torna ainda mais desafiador, o ato de migrar é muito sensível em todos os aspectos, principalmente em um país que vive um falso acolhimento e tudo isso parte também das práticas institucionais, principalmente educacionais. Portanto, “mulheres negras [...] estudantes e até mesmo docentes, percebem que ingressar numa universidade não é suficiente, é preciso ter a garantia de políticas públicas de permanência, assim como, a inclusão dos estudos sobre gênero, raça e etnicidade” (Natalia Cabanillas; Elizabete Essamai Manga; Ana Raquel S. Reginaldo *et al*, 2024, p. 172).

Então, dentro do universo acadêmico, em uma universidade da **INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL** deve por obrigatoriedade ter em seu currículo mais que disciplinas optativas, referenciais complementares, mas, um quadro docente aptas/os e dispostas/os a realizar discussões étnico-racial no Brasil e nos países da integração. Em razão disso, o próximo tópico aborda a continuidade ao debate sobre a discriminação e as suas dificuldades, de uma maneira interseccional, ou seja, pensando na realidade dessas estudantes da Unilab.

3) *Discriminação e as dificuldades advindas do racismo e o machismo estrutural*

Nesse terceiro ponto, o debate será a partir de situações vividas pelo meu grupo afetivo e por diversas/os estudantes da universidade. A problemática das discriminações do racismo e do machismo vivenciados pelas unilabianas/os afetam tanto psicologicamente, como fisicamente, provocando na dificuldade em permanecer. Onde a universidade está inserida geograficamente, no Ceará, impacta na vida das estudantes negras, assim como os homens

negros unilabianos. Posto que há tanto um preconceito explícito nas/nos residentes/naturais de Redenção e Acarape, como na estrutura da universidade.

O racismo estrutural está entrelaçado aos desafios de mulheres negras dentro da universidade, desse modo, o racismo está intrinsecamente nas estruturas, seja institucional, ou nas relações sociais do cotidiano. Djamila Ribeiro (2018) põe a crítica sobre a população brasileira ser majoritariamente negra, mesmo assim, é a que menos ocupa a maioria das universidades brasileiras, por isso é preciso de políticas públicas e das ações afirmativas para que isso seja suprido. Ou seja, ser um corpo negro na sociedade brasileira é desafiador, tendo em vista que 56,06% de população brasileira é negra (Ibge, 2023).

Pensando nas desigualdades de gênero, sociais e raciais recorrentes no país, as mulheres negras são as que mais sofrem dessas violências, o Informe do Ministério da Igualdade Racial (Ministério da Igualdade Racial, 2023) aponta que em 2022 mais de 61% das vítimas de feminicídio no Brasil foram contra mulheres negras. Logo, esse número é evidente para perceber os desafios: afetando na escola, universidade, trabalho etc, como escrevem Collins e Bilge (2021, p. 42), “a cor da pele, a textura do cabelo, as características faciais e outros aspectos físicos tornaram-se marcadores raciais de fato para a distribuição de educação, emprego e outros bens sociais”.

Colocando em xeque a leitura racial, em uma das minhas observações de campo em agosto de 2024, estava sendo estagiária em uma disciplina do núcleo comum da Unilab, Sociedade, Diferença e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos (SDDH), estava havendo uma aula temática sobre *Entre ações, representações, ausências, dissidências: o lugar de mulheres negras na história de Redenção*, um trabalho de Antônio Willame Ferreira da Silva Júnior (2024). Em um momento da apresentação foi colocado a foto do monumento da Negra Nua¹¹, localizado no município de Redenção, em frente ao campus da Liberdade/Unilab.

A exposição da imagem estava em diálogo com o texto de Vera Rodrigues (2017), com o título: “Entre a “negra nua” e a “cidadania negra”: notas etnográficas sobre identidade negra no Nordeste do Brasil”, também, conectando ao fato histórico de Redenção ter sido o primeiro lugar brasileiro a aderir a abolição da escravatura legalmente. Nessa linha, o ministrante [Willame] questionou a turma¹² o que elas/eles achavam daquela imagem/monumento e qual sentimento surgiu ao vê-la, nisso, umas das estudantes respondeu que ao ver a imagem/monumento: “*eu sinto um sentimento de ferimento e estou assustada por ver um*

¹¹O monumento consiste em uma mulher negra de joelhos, nua e com as mãos levantadas e em complemento ao monumento há uma grande corrente e atualmente está bastante enferrujada.

¹²Importante destacar que 95% da turma é composta por estudantes internacionais, negras/os.

corpo de uma mulher negra dessa forma”, outro estudante respondeu: “*eu sinto a falta de espírito de humanidade, uma coisa inumana*” e mais uma estudante comentou: “*isso é um insulto*”; todos os três comentários foram de estudantes negras/o e internacionais africanas/os.

Ressalvo que no município de Acarape não há delegacia, já em Redenção há um posto de delegacia de polícia civil, porém, sem nenhum equipamento especializado para violências de denúncia de gênero, muito menos de racismo. No trabalho de campo percebi a quantidades de denúncias de racismo, assédio sexual, violência física e mental, onde a maioria das denúncias das vítimas não foram resolvidas, resultando a outras mulheres não realizarem, tendo comentários como: “*não vai dar em nada*”, “*não adianta eu denunciar, porque não vão resolver o meu problema*”. É preciso problematizar a negligência do Estado, infelizmente esse ato ocasiona o contentamento de que não vai ser resolvido, pois, essas mulheres não o percebem como um interlocutor na ajuda dos casos.

Não só nas situações nos dois municípios, como dentro da instituição, mesmo que ocorra uma denúncia via ouvidoria ou outras formas de formalização, há uma geração de protocolos formais que muitas vezes a parte denunciante deve ser conformada com a resposta burocrática e de linguagem administrativa e após isso encerrando o protocolo, ou seja, não há um encaminhamento para um senso de solução que envolve a restauração da justiça, e muito menos alguma garantia de não repetição. Outrossim, a sensação de desproteção institucional pela qual passam as vítimas é muito problemática, principalmente sabendo que a Unilab não tem um protocolo de denúncias ou campanhas (atualmente) para atenção de casos de violência racial ou de gênero. Em uma conversa com uma amiga, ela conta que um dia precisou utilizar a ouvidoria da universidade para denunciar a conduta de um docente, porém, a recomendação da coordenação foi o silenciamento da vítima para não gerar “*problemas*” com o docente.

Seguindo essa linha, o que pode acontecer muitas vezes em uma denúncia de violência, racismo, machismo, é a diminuição ou silenciamento dessas vozes. Djamila Ribeiro (2018, p. 31) reitera e questiona o “*por que se tem compreensão com que está oprimindo e não com quem está sendo oprimido?*”, ou seja, há sempre um foco para os brancos quando erram e o papel de “*coitada/o*”, mas para quem sofre essa opressão muitas vezes é mais silenciada/o do que antes e colocado como “*mimimi*”¹³. Logo, o racismo funciona como uma forma de medidor de quem tem acesso às formas de ingressos nas universidades públicas, afetando todos os estágios de vida da população negra (Jaqueline Costa, 2019). Por isso,

¹³Essa expressão é utilizada na intenção de imitar alguém chorando, tendo o objetivo de diminuir a fala de alguém, principalmente tornando o comentário da/do outra/o como algo irrelevante.

devido a essas consequências racistas, chega a afetar em critérios de editais e ao acesso aos auxílios e as bolsas estudantis, debate do próximo tópico.

4) *Consequências racistas das noções meritocráticas de editais ao acesso de auxílios e bolsas estudantis*

Neste quarto e último ponto buscou conectar como um dos principais mecanismos de assistência estudantil da Unilab ainda não é o suficiente para suprir as necessidades e a realidade das/dos estudantes, principalmente devido a diversas consequências racistas, de noções meritocráticas desde editais como bolsas de pesquisa, estudantil e permanência. Conforme Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 37), umas dessas consequências é o neoliberalismo e suas filosofias, cujo “têm sido usadas para lançar ataques sustentados contra programas públicos implementados para combater a desigualdade social”.

As políticas públicas vem para colaborar com o pertencimento universitário, principalmente para o acesso da população negra, seja por meio de bolsas, residência universitária, leis e normas que assegurem os corpos, muitas vezes vítimas do racismo dentro e fora da universidade. Se os problemas financeiros são um dos principais empecilhos para a permanência na universidade, então a criação de políticas públicas será a solução para o problema da evasão e baixo rendimento das/dos estudantes do ensino superior (Rebeca Gaspar Miguel, 2021). Há um enorme desafio institucional para garantir a permanência desses sujeitos na universidade e assim cumprir a missão para a qual foi criada. Na Unilab, há o PAES, financiado pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), “e tem o objetivo de apoiar o acesso à direitos de assistência estudantil a estudantes [matriculadas/os] [...], cujas condições socioeconômicas são insuficientes para permanência no espaço universitário” (Unilab, 2018). A Unilab é uma das que mais investe em auxílios estudantis no Brasil e “55,1% dos 4.295 discentes da Unilab são atendidos [...] A cobertura de estudantes brasileiros é de 42,7%, enquanto a de internacionais fica em 90%” (Unilab, 2018)¹⁴.

No edital lançado no ano de 2023 (Unilab, 2023b), podemos problematizar como as burocracias dentro do edital e dos critérios de solicitação do auxílio estudantil impactam (fisicamente, mentalmente e espiritualmente) os corpos da comunidade negra da Unilab. Jacqueline Costa (2015), escreve que os programas de ação afirmativa, são ferramentas poderosas para promover a igualdade de oportunidades, na manutenção dos grupos raciais e na (re) formulação de projetos de vida. Porém, os problemas já começam pela categoria

¹⁴Desde o início da implementação dos auxílios na Unilab até hoje os auxílios continuam no mesmo valor, por exemplo, somando dois auxílios: [os únicos que podem ser acumulados] alimentação e moradia, o valor é de 530 reais.

indistinta “estudante” no edital, onde não diferencia por raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, nacionalidade, condição de mãe, dentre outros possíveis marcadores de desigualdade. O documento aborda de forma homogênea, apenas na categoria socioeconômica, além disso, o processo é único para estudantes nacionais e internacionais.

As/os estudantes são afetada/os por níveis diferentes de vulnerabilidade, em questão estudantes internacionais, têm suas famílias em seus países de origem, e migram para estudar já com a promessa de contar com auxílio para se sustentar no Brasil. Logo, uma boa parte das famílias não possuem condições de enviar dinheiro, não existe a possibilidade de desistir da universidade e voltar para casa, pois só a passagem pode custar em torno de 10.000 reais, valor de mais de 20 auxílios estudantis. Quando um estudante internacional fica sem auxílio se encontra na situação de viver da solidariedade das/dos seus colegas, desde que as cidades interioranas onde a Unilab tem seus campus, não tem oportunidades de emprego. Os tipos de núcleos familiares se diferem, por muitas vezes, tendo que depender completamente de auxílios permanência para continuar na universidade.

O edital segue com os critérios correspondidos pelos PNAES, de 2005, que tem como base as variáveis de famílias e grupos familiares de vulnerabilidade, tendo apenas um agregando a questão de uma chefe mulher. Pela data e os objetivos da Unilab, o edital deveria ter sua própria autonomia, aderindo suas regras e normas, contemplando a realidade do público-alvo, pois são estudantes que saem de seus lugares (cidades, estados, países e continentes).

Por conseguinte, analisando o cronograma, se a/o estudante tem sua solicitação indeferida, apenas poderá solicitar no outro semestre, ou seja, chegando à oito meses desde o início do curso para assim conseguir – porque no “período de inscrição on-line: 28/08/23 a 11/09 [...]; divulgação do resultado final: 10/01/24” (Unilab, 2023, p. 8-9). Ou seja, tendo um período de aproximadamente 119 dias, quase quatro meses entre a inscrição e a obtenção do auxílio, e se for indeferida, só poderá solicitar novamente o auxílio no seguinte semestre, somando mais 4 meses de espera, no mínimo.

O edital é o único de assistência estudantil (além da bolsa permanência para estudantes indígenas e quilombolas, e bolsas de pesquisas, extensão, que são por projeto)¹⁵. Isto significa, se ocorrer algum problema de corte de auxílio ou indeferimento, a/o estudante deverá entrar

¹⁵A maioria dos editais de concessão de bolsas da Unilab, como monitoria e outros, um dos principais critérios é o Índice de Desempenho do Estudante (IDE), um cálculo que é realizado a partir da média de notas da/do discente; nas bolsas por projetos de extensão ou pesquisa, a seleção de bolsistas fica a critério dos e das professoras que coordenam o projeto, sendo apenas por indicação, sem edital ou processo seletivo.

com um recurso¹⁶ falando sobre a sua realidade social e fatores de vulnerabilidade. Porém, não garante que será resolvido/solucionado, ficando “à deriva” por saber se será deferida/o ou indeferida/o. Esses critérios específicos deveriam ser garantidos de uma forma mais sucinta e abrangente no edital, inclusive com finalidade de produzir esses dados e poder saber a que parte da sua população estudantil o edital consegue alcançar.

Na minha pesquisa, 66,7% das interlocutoras passaram por corte de auxílio, em um dos casos, ela relata uma situação muito delicada:

Eu não entendi até hoje como foi esse processo de corte de auxílio, porque foi fora do período. Não tive nenhum tipo de acesso a recurso, simplesmente me chamaram [...] não [estava] no prazo de calendário nenhum [...] quando eu cheguei lá, começou a entrevista, a moça praticamente pegou tudo que eu falei e disse: “é porque tem algumas inconsistências” e tudo bem, né? Porque a vida da gente muda, então assim, pode ser uma mudança de endereço e tudo mais, [...] e ela foi ‘pegando’ tudo o que eu [estava] falando e usando contra mim. Tipo me acusando, [...] eu comecei a ver que tudo que eu falava ia ser usado contra mim, [...] ela [estava] fazendo acusações e eu só fui para entrevista. [E eu perguntei] “me explique o que está acontecendo”, [e ela respondeu:] “porque você está sendo cortada [do auxílio]”. [...] Eu fiquei assim... tão em choque... [Ela continuou falando:] “você vai receber o seu auxílio até dezembro, porque não tem como cortar antes, mas a partir de janeiro, você não tem mais auxílio” e eu: “não posso recorrer?”, [e a resposta foi:] “não, [...] agora você vai concorrer ao próximo auxílio”, e eu disse: “mas, moça, como é que você me corta o auxílio? Como é que eu vou me manter aqui?” e eu me lembro que ela falou assim: “você é estudante, você se vira, você cria suas estratégias” (Interlocutora 5, 8 abr. 2024).

Para além do corte de auxílio, que já significa um desequilíbrio econômico severo, o que fica em evidência no depoimento, é que o público alvo da política de permanência não tem acesso a entender nitidamente os critérios do edital, introduzindo um elemento de instabilidade. Isso constitui uma fonte de ansiedade, inclusive para quem mantém o auxílio, mas encontra-se rodeada de relatos de perda de auxílio sem motivo que seja compreensível para quem o perdeu.

Os requisitos e a quantidade de documentos exigidos, por muitas vezes, pode ocorrer o esquecimento ou erro no envio, no próprio edital: “O/a estudante somente poderá complementar, até no máximo, dois documentos da documentação geral e obrigatória exigida no cronograma, de acordo com a sua situação sociofamiliar” (Unilab, 2023b, p. 5), também, em um dos pontos é sempre colocado toda a responsabilidade para quem está se inscrevendo.

Todo o processo para requerer o auxílio é realizado virtualmente¹⁷, enquanto muitas/os estudantes não possuem computador próprio, tendo que usar o celular. Os laboratórios da Unilab não possuem computadores suficientes, ao ponto que só podem ser utilizados durante

¹⁶Recurso é um mecanismo utilizado que permite a/o estudante insatisfeita/o com a decisão final do edital recorrer através de um documento, sendo analisado e depois disso é avaliado novamente a situação.

¹⁷Durante o processo de escrita e análise do auxílio da Unilab, foi alterado o modo de comprovação, sendo agora presencialmente e a/o estudante deverá portar todos os documentos fisicamente e com suas respectivas cópias.

20 minutos e na biblioteca 1 hora, somado à falta de experiência com encaminhamentos de documentos e suas burocracias; a dificuldade se multiplica para população em situação de vulnerabilidade. Não há lanhouse nos municípios, apenas estabelecimentos de serviços de *scanner*, impressão e xerox (que também é caro). O diálogo com as/os donas/os de imóveis para conseguir a comprovação de endereço é um processo difícil, principalmente para estudantes africanas/os internacionais, com o racismo cotidiano o processo para solicitação de documentos assinado para comprovação do auxílio se torna extremamente estressante e adoecedor. Para os/as estudantes nacionais que moram nas casas das suas famílias, nem sempre tem faturas em seu nome, além do processo burocrático em cartórios. Dependendo do local de moradia, as localidades rurais não possuem transporte público para ir nas sedes dos municípios e a distância pode ser até 20km.

A Unilab tem um grande desafio para ampliar e melhorar os programas de ações afirmativas (Antonio Ferreira; Eliane Santos; Jacqueline Costa, 2022). Porque, põe-se a discussão de um processo que pense por completo nas pessoas que estão no público-alvo, fazendo-se uma ação pensando na comunidade e identidades presentes da Unilab, dado que “o programa de assistência estudantil é um meio de combate à exclusão e segregação educacional” (Rebeca Gaspar Miguel, 2021, p. 27).

Tendo em vista todo esse apartado e pontos de desafios baseados desde as narrativas, conversas, notas de campos, notou-se a relevância do *afroafeto* como um dos principais mecanismos de enfrentamento a esses desafios, principalmente, no reconhecimento da comunidade unilabiana, mas, levando em consideração da potencialidade da força da comunidade estudantil negra, principalmente das mulheres negras, e pensando que “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras” (Angela Davis *In*: TV UFBA, 2017). É por isso que, no próximo e último tópico teórico, será discutido sobre o conceito de *afroafeto* e seus entrelaces na vida acadêmica e unilabiana.

2. O *afroafeto*, amor e coletividade

Neste tópico será um debate que evidencia o *afroafeto* como uma possibilidade de política de permanência, seja no coletivo, como na comunidade dentro e fora dos espaços acadêmicos. Por isso, o amor pode ter diversas interpretações e significados, o mais interessante dentro dessa prática é as suas variáveis formas de vivê-lo, praticá-lo e senti-lo, quem dá o seu sentido, somos nós. Apesar de ser muitas vezes associado ao amor romântico, o amor está para além de um casamento e namoro. A partir do amor, há práticas de afeto, por

exemplo: “vou fazer um café para fulana, mesmo eu não gostando de café, mas ela gosta”, então, o afeto e o amor estão entrelaçados.

Na I semana de humanidades ocorrida na Unilab e organizada pelo IH, Maria da Luz Fonseca (2024) realizou uma intervenção artística com o título “Saracotiar: Diz-me Coisas Bunitas”¹⁸, o objetivo da intervenção:

consiste em uma imagem de manifesta-ção auto-explicativa, que assume a intencionalidade de dizer o óbvio, capaz de incutir um imaginário social, em que, a vivência de mulheres e pessoas africanas que se relacionam afetiva/sexualmente com outras sexualidades dissidentes, no contexto acadêmico da Unilab, possam ser visualizadas através de grandes exposições fotográficas, mescladas com aspectos identitários, sobreposições de imagens, frases, comemorações culturais, gastronomia afrikana e roda de conversa (Fonseca, 2024 [a partir de uma publicação de divulgação no *Instagram*]).

A partir do momento lindo e memorável, havia várias mulheres negras e homens negros, assim como, pessoas aliadas a luta LGBT, um espaço aberto em falar e viver o *afroafeto*, e para além do objetivo e intenção da Fonseca (2024), todo mundo que estava ali partilhava momentos, dança, a comida e a felicidade de poder expressar suas identidades. No momento final da intervenção houveram algumas apresentações de danças e após isso, a união de todas/os em dançar e abraçar a intenção da cantora Sara Tavares (2017): “dá-me amor”. Apesar das duas autoras (Fonseca, 2021; Tavares, 2017), estarem abordando sobre amor e o afeto em relacionamentos afetivos, eu percebo que a união da comunidade negra, seja LGBT ou não, nesse sentido é uma rede de fortalecimento, devido a sensibilidade em reunir-se a partir da intervenção artística no ato de combater com as violências sobre esses corpos, seja dentro da universidade¹⁹ ou não.

Em diálogo com bell hooks (2021), devemos pensar o amor como uma ação, em vez de como sentimento, ou seja, este relato de umas das minhas observações etnográficas, foram ações afetivas. Logo, o amor nesse sentido é uma agência importante que engloba desde o grupo familiar à comunidade de modo geral. Para a autora, “se uma ética amorosa influenciasse todas as políticas públicas nas metrópoles e nas cidades, os indivíduos convergiriam e planejariam programas voltados ao bem de todos” (hooks, p. 134, 2021), ou seja, o sentido do amor dentro deste estudo é justamente engloba-lo como um agência transgressora de assistência pública e política pública para o pertencimento de um grupo feminino negro.

¹⁸Saracotiar é uma palavra caboverdiana utilizada para identificar a cantora Sara Tavares (1978-2023), o nome consiste na junção do nome “Sara” e “saracotear”.

¹⁹Infelizmente no contexto da Unilab há um número grande de comentários afirmando em formas de opiniões de que “em África não há LGBTs”, um comentário carregado de estigmas e de invisibilidade sobre as pessoas negras africanas LGBTs que (re) existem dentro da universidade.

O conceito de *afroafeto* (Marta Quintiliano, 2019) está entrelaçado, na junção do termo “Afro” com “afeto”, isto é, para além de apenas um conceito geral de afetividade, ele tem a intenção e o objetivo de trazer a ancestralidade africana como uma força vital e positiva numa perspectiva de rede de fortalecimento e de resistência, principalmente dentro da universidade pública. É possível perceber a familiaridade do termo com o conceito de “Ubuntu”, uma filosofia africana que está ligada ao movimento, assim como é a harmonia da relação entre seres e a comunidade no todo (Mogobe Ramose, 1999; 2002). Logo, “ubuntu como uma maneira de viver, uma possibilidade de existir junto com outras pessoas de forma não egoísta, uma existência comunitária antirracista e policêntrica” (Renato Nogueira, 2012, p. 147).

Essas ações coletivas, pode-se também serem nomeadas como coletividade, ou melhor, afrocoletividade, pensando em uma afroperspectiva²⁰, em diálogo com Abdias Nascimento (1980) com o conceito de “Quilombismo”, que significa um movimento nacionalista que se articula junta ao pan-africanismo, levando em consideração a solidariedade com todos os povos na luta contra as opressões.

Levando em consideração a conexão do Brasil com o continente africano, é possível afirmar que o *afroafeto* faz parte da filosofia africana, Adilbênia Machado (2019) afirma que a filosofia africana é tecida pela ancestralidade implicada a uma luta contra o epistemicídio contra o povo negro, principalmente das mulheres, especialmente as mulheres negras. Assim como, está ligado ao coletivo e a ética do cuidado.

A Ética do Cuidado é oriunda da relação, comunhão coletiva de modo circular, horizontal. Onde todas as pessoas estão inseridas e todas são importantes, aprendendo / ensinando, trocando, fortalecendo e o horizonte é o bem-viver. Nosso ensinamento / aprendizado é o ser / cuidar! A filosofia africana é compreendida como uma ética do cuidado, por ser uma filosofia da ação, uma prática comunitária em torno do bem-viver, da relação com a natureza, da sacralização do corpo, das nossas sabedorias ancestrais e da escuta sensível, ou seja, relação ancestral com a vida, com o mundo (Adilbênia Machado, 2019, p. 70).

O *afroafeto*, o amor e a coletividade estão todas entrelaçadas, assim como Abdias Nascimento (1980) escreve que é necessário um movimento que una ciência e ideologia que seja capaz de suprir a realidade do povo negro. Afirmando que o *afroafeto* é fruto dessa práxis, que une tanto a produção do conhecimento, como uma agência de política pública. Precisa-se dentro das universidades – tanto pública, como privada – um olhar afetivo que contribua com a permanência de povos marginalizados, principalmente as mulheres negras, conforme os

²⁰Segundo Renato Nogueira (p. 147, 2012), afroperspectiva é “o conjunto de pontos de vista, estratégias, sistemas e modos de pensar e viver de matrizes africanas”.

ensinamentos de Vera Rodrigues (2020), onde deve haver uma ciência de afeto, teoria e política.

No contexto da Unilab, o *afroafeto* torna-se um dos pontos cruciais para a permanência estudantil, principalmente para as mulheres negras, a partir da fala de uma das interlocutoras: “*isso te ajuda a se manter aqui na universidade, além do dinheiro físico*” (Interlocutora 2, [entrevista concedida a] Ana Reginaldo, 2024, p. 3). Ou seja, há possibilidades da existência de uma comunidade estudantil que pense no seu todo, desde a sua manutenção, como a sua estabilidade, e isso vai desde uma permanência financeira, a partir de bolsa e auxílio estudantil, como *afroafetiva*. Principalmente no contexto dos municípios, já discutido neste texto, conforme essa narrativa: “*uma cidade sem muita oferta de cultura e arte e lazer, então assim, as pessoas têm [para] se divertir é afetos*” (Interlocutora 5, [entrevista concedida a] Ana Reginaldo, 2024, p. 7).

Nas minhas análises etnográficas, partiu de um contato fora da instituição acadêmica, mas que envolveu as vivências a partir da Unilab, com amizades e o cotidiano nos municípios, ademais:

[...] uma dessas vivências foi um casamento de uma colega do curso, foi uma cerimônia religiosa, mas com detalhes e práticas culturais de Guiné-Bissau. Apesar de não ser um ambiente universitário, ali estava vários amigas/os e colegas da universidade e o que mais me chamou a atenção foi a união por parte de todo mundo da organização e convidadas/os, por mesmo não sendo parte da família da noiva e noivo, fizeram aquele momento único e lindo, pelo simples fato de fazer uma parte de uma comunidade unida e essa característica torna uma grande família, percebendo que ali podemos contar com todas/os para qualquer coisa (desde o luto ao nascimento de uma criança) (Caderno de campo, Ana Reginaldo, 2 mar. 2024, p. 6).

As vivências dentro da Unilab (ou não), fazem parte de um conjunto de comunidades, como escreve Sobonfu Somé (2007, p. 35) que “a comunidade é uma base na qual as pessoas vão compartilhar seus dons e recebem as dádivas dos outros”. A partir das vivências dentro e fora do “universo acadêmico”, posso afirmar que o *afroafeto* é um caminho de política de pertencimento universitário, assim como, é essencial para o enfrentamento das violências como o racismo, machismo, xenofobia... Especificamente na Unilab, cujo, está em dois municípios, onde constantemente é relatado inúmeros casos de violência, o *afroafeto* surge como uma base para a manutenção de uma sociedade igualitária e com equidade (Ana Reginaldo, 2024).

Conclusão

Este trabalho é fruto de vivências pessoais e coletivas, também, parte do projeto de pesquisa “Gênero e Feminismo em África Global”, onde tive/tenho a oportunidade de fazer parte, tudo foi graças à comunhão, comunidade e o *afroafeto* dentro do grupo. É possível percebê-lo todas as vezes que nos reunimos e que atravessa as pesquisas, atividades acadêmicas; somos uma família construída através do amor, cujo as pesquisas individuais se cruzam, devido ao comprometimento de todas.

A elite branca do país promoveu ideologias e políticas segregacionistas e eugenistas durante o século XIX no Brasil, sendo assim, as instituições acadêmicas se tornaram um dos poucos mecanismos de ascensão social em uma sociedade altamente desigual e racializada. Para a população negra, o ensino superior torna-se uma demanda histórica, por isso, este texto levou em consideração principalmente os desafios de ser estudante negra no ensino superior, colocando em contestação pontos diagnosticados a partir das narrativas das interlocutoras, notas de campos, vivências, conversas e fatos históricos. Principalmente, o *afroafeto* como uma possibilidade de política de permanência.

O reconhecimento do “*afroafeto* como uma agência de permanência, [...] para assim haver um maior número de estudantes negras formadas, porque além da inserção também é importante a permanência para a garantia de profissionais (Ana Reginaldo, 2024). Logo, ele também deve ser inserido como uma solução dos 4 desafios apresentados neste texto.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2023.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEZERRA, Renata. Cotas 20 anos: a história de pioneirismo da UnB: especial da UnBTV relembra momento histórico da Universidade. **UnB Notícias**, 29 dez. 2023. Disponível em: <https://noticias.unb.br/ensino/7061-cotas-20-anos-a-historia-de-pioneirismo-da-unb#>. Acesso em: 2 set. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022**. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 12.289, de 20 de julho de 2010**. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112289.htm. Acesso em: 22 jan. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAES/2004**. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, nov. de 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 02 out. 2023.

CABANILLAS, Natalia; MANGA, Elizabete Essamai; REGINALDO, Ana Raquel Silva *et al.* Gêneros e feminismos na África Global: internacionalização da pesquisa em tempos de crises. Pp. 153-179. *In*: PAIVA, Felipe; CORRÊA, Moisés; AGUILAR, Núbia (orgs.). **África em contextos globais** [livro eletrônico]. Brasília, DF: CD Comunicação, 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro (Consciência em debate), 2011.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, Jacqueline da Silva. **Cor e Ensino Superior: Trajetórias e Experiências de Estudantes Cotistas da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT**. 2015. 298 f. Tese (Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Educação e Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7643>. Acesso em: 30 abr. 2024.

COSTA, Jaqueline da Silva. O Papel do Movimento Nero na Consolidação de um Projeto Político-Educacional Por Meio das Políticas Afirmativas. *In*: LIMA, Ivan Costa; VILLACORTA, Gisela Macambira. **N’UMBUNTU EM REVISTA**: Educação das Relações Étnico-Raciais em diferentes contextos sociais. v. 2, n. 5. Acarape: Gráfica e Editora Imprece, 2019. Pp. 111-140.

DAVIS, Angela. TV UFBA. TV UFBA na íntegra HD – Angela Davis – Conferência Completa em Alta Definição. Bahia: TV UFBA, 2017. 1 vídeo (130 min). Disponível em: <https://youtu.be/waCyuZZap9I>. Acesso em: 09 out. 2024.

FERREIRA, Antonio Jeovane da Silva; SANTOS, Eliane Costa; COSTA, Jacqueline da Silva. Ingresso de Quilombolas e Indígenas na UNILAB: Uma proposta que nasce no Quilombo Sítio Veiga - Quixadá/CE. **Horizontes - Revista de Educação**, Dourados-M5, v. 9, n. 18, 2022. Pp. 119-147.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e Ações Afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FONSECA, Maria da Luz. **Mestra Maria da Luz Fonseca (Doutoranda em Antropologia Social | UFG), egressa da Unilab, irá fazer uma exposição de uma Intervenção Artística Saracotiar: diz-me coisas bonitas**. Acarape, Ceará, 26 ago. 2024. Instagram: @estudos.feministas.africanos. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C_JTBMbSfaO/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 04 dez. 2024.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7110#resultado>. Acesso em: 14 jun. 2024.

IBGE. **Estatística de Gênero de 2000 e 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=2,4,47,48,128,129&ind=4698>. Acesso em: 13 jun. 2024.

INTERLOCUTORA 2. [Entrevista concedida a] REGINALDO, Ana Raquel Silva. Mulheres negras na universidade: desafios enfrentados para a permanência e o afroafeto como política de permanência. **X Semana Universitária da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**. XII Encontro de Iniciação Científica, Redenção, 2024.

INTERLOCUTORA 5. [Entrevista concedida a] REGINALDO, Ana Raquel Silva. A Afrocoletividade e o “afroafeto”: As narrativas de mulheres negras Angolanas, Brasileiras E Guineenses na Unilab–Ceará. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 13**, Florianópolis, 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACHADO, Adilbênia Freire. **Filosofia Africana: Ética de cuidado e de pertencimento ou uma poética de encantamento**. *Problemata: R. Intern. Fil.* V. 10. n. 2, p. 56-75, 2019.

MIGUEL, Rebeca Gaspar. **O impacto dos auxílios na permanência de estudantes internacionais da UNILAB**. Redenção, 2021. Artigo (Graduação). Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Redenção, 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Cotas abrem portas: lei de cotas. **Gov.br**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/lei-de-cotas>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL. **Informe do Ministério da Igualdade Racial - Monitoramento e avaliação - nº 2 - Edição Mulheres Negras**. Brasília - DF, 2023.

Disponível em:

<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/InformeMIRMonitoramentoeavaliacao2EdioMulheresNegras.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3; ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

NOGUERA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista. **Revista da ABPN**, v. 3, n. 6, pp. 147-158, 2012.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. História. **UFRJ**, 2024. Disponível em:

[https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/historia/#:~:text=Em%207%20de%20setembro%20de,Rio%20de%20Janeiro%20\(URJ\)](https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/historia/#:~:text=Em%207%20de%20setembro%20de,Rio%20de%20Janeiro%20(URJ)). Acesso em: 18 jun. 2024.

OLIVEIRA, João Pedro Rodrigues de. **O conheci preto invisibilizado pela experiência branca: uma análise preliminar do projeto político curricular do curso de História da Unilab**. Artigo - Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, Ceará, 2022. Disponível em:

<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5092/1/JO%c3%83O%20PEDRO%20RODRIGUES%20DE%20OLIVEIRA%20Artigo.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

OYËWUMÍ, Oyèrónké. **A Invenção das Mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução: wanderson flor do nascimento – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PESQUISA: o retrato das diferenças no acesso à escolaridade entre mulheres negras e brancas. **Observatório da Branquitude**, 10 jun. 2024. Disponível em:

<https://observatoriobranquitude.com.br/pesquisa-o-retrato-das-diferencas-no-acesso-a-escolaridade-entre-mulheres-negras-e-brancas/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

QUINTILIANO, Marta. **Redes afro-indígenaafetivas**: uma autoetnografia sobre trajetórias, relações e tensões entre cotistas da pós-graduação stricto sensu e políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/12201/3/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Marta%20Quintiliano%20-%202019.pdf>. Acesso em: 18 jun 2024.

RAMOSE, Mogobe B. A ética do ubuntu. **Ensaios filosóficos**, v. 4, p. 6-25, out. 2011. Disponível em: https://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/Ensaios_Filosoficos_Volume_IV.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

RAMOSE, Mogobe B. A Filosofia Ubuntu e Ubuntu como uma filosofia. *In*: RAMOSE, Mogobe B. **African Philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999. p. 49-66. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos.
RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REGINALDO, Ana Raquel Silva.. A Afrocoletividade e o “afroafeto”: As narrativas de mulheres negras Angolanas, Brasileiras E Guineenses na Unilab–Ceará. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 - Contra o Fim do Mundo: Anticolonialismo, Antifascismo e Justiça Climática. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, SC, Jul/Agosto de 2024. Disponível em: <https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/anais/trabalhos/lista>. Acesso em: 28 jan. 2025.

REGINALDO, Ana Raquel Silva. Mulheres Negras na Universidade: Desafios enfrentados para a permanência e o afroafeto como política de permanência. *In*: X Semana Universitária, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Ceará, nov. 2024. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: http://semuni.unilab.edu.br/submissao/index.php?pagina=gerar_trabalho&trabalhoId=7724. Acesso em: 28 jan. 2025.

RODRIGUES, Vera. Entre a “negra nua” e a “cidadania negra”: notas etnográficas sobre identidade negra no Nordeste do Brasil. pp. 61-82. *In*: ALENCAR, Claudiana Nogueira *et al* (Organizadores). **Discursos, Fronteiras e Hibridismo**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

RODRIGUES, Vera. Quando a mulher negra fala: afeto, teoria e política em (des)construção. **Pense Humanas**, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://pensehumanas.com.br/post/quando-a-mulher-negra-fala-afeto-teoria-e-politica-em-des-construcao>. Acesso em: 30 set. 2024.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Mulheres ganham, em média, 79,3% do salário de homens com mesmo cargo, diz relatório. Igualdade Salarial. **Gov.br**, 18 set. 2024. Disponível em:

